

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS ESCOLAS REGULARES E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

THE INCLUSION OF STUDENTS WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN REGULAR SCHOOLS AND TEACHER TRAINING

Ana Paula Moraes da Silva¹; Berenice Pereira Bastos¹; Lorrainy Marcelino da Costa Camargos¹; Márcia Friedrich²; Debora Mirtes Ravaganani Dias³; Leandra Valéria Silva Negretto⁴

RESUMO

Este presente artigo aborda a formação dos professores em face a inclusão de alunos com NEE e as dificuldades encontradas ao trabalhar com crianças especiais em sala de aula. Destaca também que há falhas na formação dos professores em relação a educação inclusiva, e conseqüentemente em como lidar com alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Com as mudanças na educação inclusiva, já pela Lei Nº 4.024/1961 (Lei de Diretrizes e bases da Educação), assegura a entrada dos alunos NEE nas escolas regulares. A pesquisa de campo aponta elementos que mostram algumas fragilidades e falta de preparação das escolas regulares para receber as crianças especiais, ou seja as portas são abertas, mas falta formação e acessibilidade para que a inclusão, de fato, aconteça.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação de Professores. Ensino e Aprendizagem para Necessidades Educacionais Especiais.

ABSTRACT

This article discusses the training of teachers in the face of the inclusion of students with sen and the difficulties encountered when working with special children in the classroom. It also highlights that there are shortcomings in teacher training in relation to inclusive education, and consequently in how to deal with students with special educational needs. With the changes in inclusive education, already by Law No. 4.024/1961 (Law of Guidelines and bases of Education), ensures the entry of sen students in regular schools. But with the field research it is noticed that the schools have weaknesses and lack of preparation to receive the special children, that is the doors are opened, but lack qualification, preparation and training.

Keywords: Inclusive education. Teacher training. Teaching and Learning for Special Educational Needs.

1 INTRODUÇÃO

Educação Inclusiva: Estão os professores preparados para receber crianças com necessidades educacionais especiais em sala de aula?

O conhecimento sobre como ensinar alunos com necessidades educacionais especiais, não deve ser considerado de domínio apenas de alguns “especialistas”, mas sim, devem ser apropriados por um número maior de profissionais da educação, que trabalha com essa clientela.

¹Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

²Professora Orientadora de TCC. Professora Formadora da Secretaria Municipal de Goiânia. Apoio Técnico-Professor.

³Faculdade Delta. Goiânia-GO. Professora Orientadora de TCC do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

⁴Professora Formadora da Secretaria Municipal de Goiânia. Apoio Técnico-Professor. Email: marcia.friedrich@gmail.com.

Objetiva-se analisar a formação pedagógica dos docentes em assuntos referentes a Educação Inclusiva e a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas escolas regulares em Goiânia. Igualmente buscar entender a relação, o reconhecimento e a valorização da diversidade, vivenciando situações diferentes de construção de conhecimentos e convivência.

Vive-se um momento na atualidade onde a inclusão escolar de alunos com NEE, na rede regular de ensino, está sendo muito discutida. Sabe-se que a legislação é clara, quanto à obrigatoriedade em receber, acolher e matricular todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou diferenças.

Por outro lado, é importante destacar que não é suficiente apenas matricular esse aluno, mas sim acolher e incluir o aluno que tenha NEE, dando condições efetivas, de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. A qual despertou o motivo principal para tal investigação, partiu das observações realizadas na escola campo, onde se identificou algumas posturas de alguns professores em relação ao aluno inclusivo. Foi considerada também as dificuldades que os docentes encontram para trabalhar com conteúdos específicos, em decorrência de conhecimento específicos.

Considerando que a Educação Inclusiva, seja de qualidade, para todos e que haja o respeito à diversidade dos educandos, é de extrema importância uma participação qualificada dos educadores para o atendimento das necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem deficiências. Infelizmente, o despreparo de alguns professores se torna um obstáculo para a aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais. Pois, se torna um desafio para os docentes e grande parte desses profissionais não estão interessados em buscar formação para melhoria do ensino desses alunos.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO E DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A história da educação no Brasil inicia com a chegada dos portugueses em 1500. Desde então, a educação passou por diversas transformações. Em 1549 chegou o primeiro grupo de Jesuítas, que vieram ao Brasil com a função de ensinar os índios e as crianças órfãos que eram trazidos de Portugal. Para atender a essa demanda os jesuítas criaram escolas, colégios e seminários que se espalharam por diversas regiões do território.

As meninas não tinham o direito de participar, o ensino era exclusivo para os meninos. Nessa época para ser professor bastava saber ler e escrever. E como os padres eram os responsáveis, eles que ministravam as aulas. O objetivo era catequizar os meninos, e ensiná-los a ler, escrever e contar (RAYMUNDO, 1998).

Vale ressaltar que o interesse maior dos jesuítas, não era de ensinar, e sim de catequizar os índios, para dessa forma a igreja católica ganharia mais seguidores.

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé. (RAYMUNDO, 1998, p.43)

Desse modo, mesmo não sendo o objetivo maior dos jesuítas de ensinar, eles ensinaram e assim contribuíram para a educação ganhar o seu espaço e ocupar

lugares importantes. No período de 1570 á 1759 a educação foi centrada no Ratio Studiorum, que era voltado as escolas jesuítas.

[...] por um lado, no fato de ele se destinar simultaneamente à formação de religiosos e de leigos; por outro lado, no fato de ele incluir, além da filosofia e da teologia, o estudo sistemático das humanidades: as línguas e a literatura, a retórica, a história, o teatro... Esse foi certamente o maior distintivo da proposta pedagógica da Companhia de Jesus. (MIRANDA, 2009, p.27).

O objetivo eram as escrituras, e o ensino ficou destinados aos filhos dos colonos. No século XVII, Marquês Pombal, expulsa os Jesuítas de Portugal e Brasil, e consequentemente os indígenas foram excluídos do ensino.

Para ele, o afastamento dos jesuítas dessa região significava tão somente, assegurar o futuro da América Portuguesa através do povoamento estratégico. O interesse de Estado acabou entrando em choque com a política protecionista dos jesuítas para com os índios e melindrando as relações com Pombal, tendo este fato entrado para a história como “uma grande rivalidade entre as ideias iluministas de Pombal e a educação de base religiosa jesuítica”. (SECO; AMARAL, 2006. p.5)

Segundo Costa (2011), Pombal cita vários motivos que fizeram os jesuítas serem expulsos: eles não obedeciam e/ou não respeitavam o Tratado dos Limites entre Portugal e Espanha e ainda haviam várias divergências quanto a forma de ensino, posse e domínio com que os jesuítas tomavam e mantinham os indígenas brasileiros. A forma como era feito o tratamento aos nativos colocava em dúvida se mantinham as regras da coroa; “Pombal acusava a atuação dos jesuítas com os indígenas do Brasil”, pois “segundo ele, os homens brancos eram apresentados aos índios como maus, como mais interessados no ouro do que em qualquer coisa e, mais grave, prontos para atrocidades” (COSTA, 2011, p.75).

O marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo que era o responsável por essa determinação, inicia uma reforma na educação com objetivo de modernizar o reino de Dom José I. Os padres são substituídos, e são criadas as aulas régias, que aconteciam na casa dos professores.

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas ‘aulas régias’, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas”. (NISKIER, 2001, p.34).

Segundo Niskier (2001) em 24 de fevereiro de 1777, Dom José I morre aos 62 anos, e com sua morte Dona Maria I assume o trono demitindo Marquês Pombal. No seu reinado Dona Maria criou outro sistema de ensino, o público, mas mudou só o nome, pois a conduta era a mesma do Ratio Studiorum.

Em 1824 foi criada a primeira constituição que determina no capítulo III, seção I da educação, no Art. 205, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da

cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ou seja, a educação deve ser gratuita e direito de todos cidadãos. Para que essa determinação fosse cumprida deputados e senadores aprovaram a Lei no dia 15 de outubro de 1827, esse dia ficou marcado como o dia do professor, e foi determinada a criação de escolas nas cidades. Durante esse período a contratação de professores ficou rigorosa.

As professoras devem exhibir, de mais, se casadas, a certidão do seu casamento; se viúvas, a do óbito de seus maridos; e se viverem separadas destes a pública sentença que julgar a separação, para se avaliar o motivo que a originou. As solteiras só poderão exercer o magistério público tendo 25 anos completos de idade, salvo se ensinarem na casa dos pais e estes forem de reconhecida moralidade (BRASIL, Lei Couto Ferraz. Decreto nº 133, de 17/02/1854, art. 16º).

Tendo como consequência a diminuição na procura do cargo, apesar das exigências na seleção, as primeiras escolas normais, voltadas à formação dos professores, surgiram a partir de 1835. Mesmo o professor tendo formação, esse requisito não era o principal, o que era levado em consideração, era o caráter.

Na metade do século XIX, várias reformas e mudanças acompanhavam a educação. Vários métodos foram utilizados, mas todos sem sucesso. Um desses métodos foi o simultâneo, em que o professor se reunia com grupos de alunos para estudar um determinado tema. Em 1854, a corte estabelece que aos cinco anos a criança poderia ingressar na escola, entretanto essa norma não foi cumprida. Como consequência, a taxa de analfabetismo chegava a 67,2 %.

O analfabetismo dominava não somente as massas populares e a pequena burguesia, mas se estendia até a alta nobreza e família real. Saber ler e escrever era privilégio de poucos, na maioria confinados à classe sacerdotal e à alta administração pública. É bem verdade que os mosteiros e as catedrais eram quase que os únicos asilos das letras, tanto sagradas como profanas; mas sua atuação era modesta e restrita à satisfação de suas necessidades internas; não tinham a consciência de estar cumprindo uma missão social. (MATTOS, 1958, p.37-38).

Os adolescentes de até 15 anos chegavam pela primeira vez na escola. Nessa época era comum os pais colocarem as crianças na escola para aprenderem a ler e escrever e depois as tiravam. Para os pais a educação não era importante.

A Constituição de 1891, determinava que a união era responsável pela Educação do Distrito Federal, e os estados eram responsáveis pela a educação dos municípios. (BRASIL, 1891).

No ano de 1932 chegam os pioneiros da educação nova. Anísio Teixeira, Lourenço Filho, foram alguns dos pioneiros que trouxe uma nova proposta para a educação.

Francisco Campos via a escola tradicional, segundo Medeiros (1929), como de natureza retórica e ornamental, dirigida para a formação de elites. A “Escola Nova” deveria ensinar a pensar, a inventar e a criar soluções para a multiplicidade de novos problemas da complexa vida moderna. Para ele o futuro das instituições democráticas dependia sobretudo da orientação e do incremento do ensino primário, o qual deixando de formar homens, orientar a inteligência e destilar o senso comum poderá fazer eleitores, não terá feito cidadãos.

A educação nova se baseava em uma escola gratuita, laica e para todos. Com a chegada dessa nova educação, que logo ganhou força no país, muitas pessoas puderam ir para a escola. Nesse mesmo ano foi criado o Ministério da Educação e Saúde pública, tendo como primeiro ministro Francisco Campos.

Bauman (2004), em 1962 Paulo Freire chegou para mudar o rumo da educação e dar continuidade a escola nova, nesse ano em questão o educador alfabetizava 300 agricultores em 45 dias no estado de Pernambuco.

Com a chegada do regime militar novamente houve mudanças. A educação democrática foi deixada de lado e a escola nova deixou de ser considerada política pública. Com o regime militar o foco passou a ser formar mão de obra capacitada, e não seres pensantes. Segundo GERMANO (1993, p.18) “estamos diante de um Poder Legislativo que não legisla e um Poder Judiciário que não julga, mas que atuam conforme vontade e conveniência do Executivo.” Com essas mudanças a educação passa por uma situação de regressão. Os militares que ministravam as aulas não havendo formação específica para desempenhar a função de professor.

Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “Teoria do capital humano”, entre educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma de ensino do 2º grau, através da pretensa profissionalização. 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital. 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformando em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado. Dessa forma, o Regime delega e incentiva a participação do setor privado na expansão do sistema educacional e desqualifica a escola pública de 1º e 2º graus, sobretudo. (GERMANO, 1993, p.105-106).

Ou seja, conteúdo era transmitido e os alunos não tinham podiam se expressar, a escola se tornava um lugar de repreensão e autoritarismo por parte dos militares.

Com o fim da ditadura militar, várias mudanças ocorreram entre elas a educação. Em 5 de outubro de 1988 uma nova constituição foi aprovada. A nova constituição e vigente até o presente momento inclui o direito de todo cidadão ao ensino e passa a ser dever do Estado assegurar esse ensino.

Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9394/1996), foi aprovada e com ela a Educação Infantil passa a ser parte inicial da Educação Básica. Também passa a ser assegurado o direito a estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) serem atendidos nas escolas regulares, e docentes deveriam formar-se em graduação plena no prazo de dez anos.

Em 2001 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), passando assim o dever ao Estado.

[...] pelo princípio da predominância do interesse, à União caberão as matérias e questões de predominância do interesse geral, ao passo que aos Estados referem-se as matérias de predominância de interesse regional e aos municípios concernem os assuntos de interesse local. (MORAES, 2005, p.671).

Mas, infelizmente não obteve o êxito desejado. Em 2005 foi criada a Prova Brasil, e, a partir daí os alunos são avaliados em seu nível de aprendizagem no segundo ano, quinto e nono ano.

Em 2007 foi instituída as escolas de tempo integral e neste mesmo ano surgiu o Programa Mais Educação criado pelo Ministério da Educação (MEC). Enfim, em 2009 a emenda constitucional nº 59 de 2009 determinou a obrigatoriedade escolar para crianças de 4 a 17 anos, até 2016.

A educação inclusiva é amparada pela Declaração de Salamanca em 1994, como ponto primordial para as conquistas até hoje. Mas, antes de Salamanca a realidade era outra para as crianças com deficiência. Antes do século XX as crianças com alguma deficiência eram excluídas do ambiente escolar, familiar e social. Os pais escondiam os filhos com deficiências dentro de quartos e tinham permissão para sacrificar os filhos com deficiências ou até mesmo jogá-los ao mar e precipícios. Para a sociedade essas crianças eram indignas de educação.

No século 20 ocorreu o período da segregação, que os pais começaram a fazer movimentos para que seus filhos com deficiências pudessem frequentar as escolas regulares. Com o acesso negado as escolas comuns, na década de 1950 e 1960 foram criadas as escolas especiais. Assim nasce a APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais e a Pestalozzi, escolas essas, que não tinham ligação com as escolas regulares.

Dessa forma, o sistema educacional ficou dividido em dois: educação comum e a educação especial. No final da década 1960 a Educação Inclusiva começou a passar por mudanças. Na década de 1970 com a fase da integração, algumas escolas começaram a aceitar crianças deficientes, mas, com a condição de que a escola não faria nenhuma mudança ou adaptação no currículo da mesma, e a criança que deveria se adaptar e acompanhar a turma que estava inserida.

A verdadeira inclusão só foi implementada na década de 1980 e 1990 e se alastra até o século 21, com exigência de que todos alunos com ou sem deficiência fossem incluídos no sistema educacional. A educação inclusiva veio para mudar o rumo da história das crianças com necessidades especiais educacionais.

É fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos (SASSAKI, 2002, p.41).

Dessa forma, as crianças com deficiências devem ser incluídas nas escolas regulares, garantidas pela Lei Nº 4.024/1961 (Lei de Diretrizes e bases da Educação) o direito dos “alunos excepcionais” a educação, estabelecido no artigo 88. A integração na comunidade e esses alunos deveriam enquadrar-se, dentro do sistema da educação.

Em 1996 entrou em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 que trouxe um capítulo específico para a Educação Especial. Nesse capítulo estão assegurados os direitos de acesso, flexibilidade curricular, e Atendimento Educacional Especializado (AEE) ao aluno com necessidades especiais.

Em 1999, aconteceu a convenção de Guatemala que eliminou toda forma de discriminação a pessoa com deficiência.

Em 2009 entrou em vigor Resolução nº 04 CNE/CEB que regulamentou o funcionamento ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). E recente-

mente em 2016 aconteceu a implantação do Estatuto da pessoa com deficiência, que veio para atribuir relação ao atendimento dos deficientes, nas públicas e privadas.

3 A INCLUSÃO ESCOLAR E O ALUNO COM NEE

Segundo Goffredo (1999, p.68), “a partir do movimento de inclusão, o professor precisa ter capacidade de conviver com os diferentes, superando os preconceitos com relação às minorias. Tem que estar sempre preparado para adaptar-se às novas situações que surgirão no interior da sala de aula”. Nessa perspectiva, o processo de inclusão deve ser visto pelo professor como algo positivo e produtivo. O docente precisa ter o olhar inclusivo e ser aberto as singularidades de cada aluno e respeitá-las, realizar um bom trabalho, e que inclua o aluno NEE. O profissional deve acreditar e ter o olhar inclusivo, além de buscar melhorar as práticas pedagógicas para esses alunos “especiais”, incluindo-os e socializando com os demais alunos.

Para Rosa (2005, p.27), “reconhecer dificuldades é salutar, porque propicia a busca de alternativas que visem a superá-las. Mostrar aos demais alunos que existem outras formas de comunicação é estabelecer um clima de respeito às individualidades e caminhar rumo a inclusão”. O professor deve ser mediador e exemplo para seus alunos, reconhecer as dificuldades, saber lidar e buscar sempre se aperfeiçoar e novas práticas. Dessa forma, não fugindo da responsabilidade, demonstrar interesse, comprometimento e respeito com os alunos especiais, e também mostrar para os demais alunos que existem as diferenças, mas que devem ser respeitadas.

As adaptações curriculares são estratégias para promover maior eficácia educativa, a fim de contribuir, de forma mais coerente, com o sistema de inclusão e com o atual estado dos sistemas educacionais, que são, ainda, insuficientes para atender os alunos das escolas regulares, especialmente os alunos com necessidades educativas especiais. As adaptações curriculares se caracterizam pela procura de uma maior flexibilidade e dinamismo do Projeto Político Pedagógico de cada instituição de ensino e da formação de cada educador. (ROSA 2005, p.91).

Algumas adaptações curriculares são necessárias, claro que antes dessas adaptações se faz necessário uma avaliação. Lembrando que algumas mudanças serão definitivas outras não, pois a necessidades de hoje podem não ser as mesmas de amanhã.

Segundo Rosa, (2005) “não há previsão quanto à utilização de métodos e técnicas de ensino específicas na inclusão, mas os alunos aprendem até o limite em que conseguem chegar. Não há receita pronta para ser seguida”. A formação do educador é a base para um ensino de qualidade e deve ser contínua, pois, sempre haverá mudanças e crianças que requerem atenção especial. O aluno com necessidades educacionais sempre estará presente na escola e deve ser bem recebido e incluso. Essa é a inclusão.

[...] trata-se de uma habilidade muito difícil de aprender e praticar. Não sabemos fazer isso. Reservamos pouco tempo para tal. Parece que ainda estamos determinados por aquela antiga divisão de trabalho entre os que fazem a parte prática e os que fazem a parte teórica, ou seja,

aqueles que refletem sobre a prática, mas essa dissociação hoje não é mais possível. (MACEDO, 2005, p.54).

O professor deve ser pesquisador, ficar atento a realidade e mudanças em sua volta e sempre em busca de novos conhecimentos. Goffredo (1999) aponta, ainda que, os cursos de formação de professores necessitem de grandes mudanças em sua estrutura curricular, haja vista, que os professores precisam aprender a identificar e atender às necessidades especiais de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos sejam estes deficientes ou não.

Segundo Snyders “O professor não deve se abster de estudar, o prazer pelo o estudo e a leitura deve ser evidente, senão não irá conseguir passar esse gosto para seus alunos” (1990, p.48). Cabe ao professor manter-se atualizado, e ir atrás de novos conhecimento e formação, o mundo está em movimento e muitas coisas mudam de um dia para o outros e outras surgem. É importante o trabalho em equipe pelo mesmo propósito, dessa forma o sucesso na aprendizagem dos alunos estará garantido.

A educação inclusiva vai além da sala de aula e não é somente o professor que tem sua contribuição. Para que o aprendizado de uma criança com necessidades educacionais especiais tenha êxito, é necessário a contribuição da família, pois o processo de aprendizagem da criança é construído dia a dia. O governo também tem sua contribuição, oferecendo escolas de qualidades, acessíveis e ensino de qualidade.

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças, diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”. (MITTLER, 2003, p.16).

A educação inclusiva, a formação dos professores e a parceria da escola, família e governo, juntas podem fazer toda diferença na vida e desenvolvimento de crianças com necessidades educacionais especiais.

O desenvolvimento profissional dos professores que segundo Coll et al (2004, p.44) é: “o modo mais seguro de melhorar as atitudes e as expectativas dos professores é desenvolver seu conhecimento da diversidade dos alunos e suas habilidades para ensinar-lhes”. Dessa forma, o professor terá segurança e autoestima para fazer um trabalho de qualidade, e receber as crianças com necessidades especiais de braços abertos e incluí-las na turma. Sendo assim caminhando para uma educação inclusiva de verdade.

4 PESQUISA DE CAMPO: UMA REALIDADE INCLUSIVA

A pesquisa de campo contou com a participação voluntária de cinco professores da Educação Infantil. Foram distribuídos 10 questionários, sendo que apenas cinco retornaram. Esses responderam a um questionário contendo 12 questões abertas sobre o processo de Educação Inclusiva na escola regular, bem como a formação do professor para atender as crianças com algum tipo de necessidade educativa especial.

Quando questionados sobre “O que você acha da inclusão de alunos com necessidades especiais nas escolas regulares atualmente?”. As respostas apontaram para uma realidade que demonstra ainda a fragilidade da inclusão escolar. O professor denominado P1 e P4⁵ responderam que:

P1: “Excelente, pois isso nos ajuda a contribuir para uma sociedade mais aberta e aceitável”.

P4: “É muito importante tanto para o aluno especial quanto para os demais alunos, podendo assim trabalhar a igualdade e o respeito”.

Como apontado acima, as fragilidades são percebidas nas seguintes respostas:

P2: “Infelizmente na prática ainda não funciona de forma adequada. Por esse motivo não concordo, pois, as escolas regulares não tem estrutura e nem profissionais capacitados para atender aos alunos de inclusão”.

P3: “A inclusão ainda não acontece como deveria, a escola ainda na maioria somente abre as portas, mas não estão preparadas para receber crianças com NEE. E os professores não estão preparados”.

P5: “A inclusão dentro das escolas regulares ainda não acontece. Pois só recebe a criança, mas não há um trabalho específico.”

Dessa forma, percebe-se fragilidades nas escolas regulares quanto a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, tornando-se um grande desafio para as escolas, pois, com a chegada das crianças especiais, as escolas devem estar preparadas. De acordo com Lima (2006) encontrar metodologias de ensino e recursos diferenciados que assegurem êxito na tarefa de atingir os objetivos curriculares básicos propostos as crianças com necessidades educativas especiais. E com esse fator os professores também devem estarem preparados. “É essencial que os professores reconheçam sua própria importância no processo de inclusão, pois a eles cabe planejar e implementar intervenções pedagógicas que deem sustentação para o desenvolvimento das crianças” (LIMA, 2006, p. 123), ou seja, todos que fazem parte da escola devem estarem preparados.

Quando indagados sobre a possibilidade de a inclusão escolar diminuir o preconceito em relação às pessoas com deficiência as respostas foram as seguintes:

P1: “Sim, porque é uma maneira das outras crianças aprender a conviver com todos”.

P2: “Não acredito, pois, os alunos e até mesmo alguns profissionais não respeitam ou não sabem como proceder com tais alunos”.

P3: “Sim, porque a inclusão é antes de tudo, o respeito que é fundamental para diminuir o pré-conceito, e nos torna mais humanos, com uma visão diferente no sentido bom perante o próximo”.

P4: “Sim, porque quando se tem um aluno com necessidades especiais dentro da sala de aula o preconceito é trabalhado todos os dias. ”

P5: “ Sim, porque trabalha as diferenças e também o respeito ao próximo. ”

⁵Os professores pesquisados foram denominados de P1, P2, P3, P4 e P5.

Como foi possível perceber há um professor que não acredita na possibilidade de diminuir o preconceito com a inclusão escolar.

Segundo MANTOAN (2005, p. 96), “a inclusão escolar é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas deferentes de nós”.

Com toda a diversidade que existe na escola atualmente, o ambiente escolar é extremamente rico quando o assunto é diversidade, oportunizando amplos e significativos debates, especialmente sobre o preconceito existente com os alunos considerados diferentes (ITANI, 1998).

Dessa forma, o tema preconceito deve ser falado e trabalhando dentro das escolas para que seja diminuído. O movimento mundial pela educação inclusiva é uma política, cultura, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (MAZZOTA, 2010, p. 9).

Em relação ao questionamento sobre a formação do professor na graduação, ou formação inicial as respostas foram as seguintes:

P1: “Em parte, porque a teoria é diferente da prática, mas ajuda pelo fato de informar quais são as dificuldades de cada aluno especial”.

P2: “Não. As instituições de Ensino Superior não preparam nem mesmo para os alunos regulares”.

P3: “O ensino Superior em algumas unidades acredito que sim, contudo, para que um professor esteja preparado para receber alunos especiais é preciso que os futuros professores façam uma mudança interior e queiram”.

P4: “Sim”

P5: “Não, pois falta uma preparação em relação a prática, só a teoria não é essencial.

O ensino superior torna-se importante para a formação inicial dos professores, mas há um questionamento por parte dos estudantes, que a teoria, não se encaixa com a prática, ou seja, são realidades completamente diferentes. Outra afirmação dos estudantes é a de que: “Não fui preparado para lidar com crianças com deficiência” (LIMA, 2002, p. 40). Essas são as maiores inferências dos estudantes em relação ao curso no Ensino Superior.

[...] muitas instituições de ensino ainda não implementaram ações que favoreçam a formação de seus professores para trabalharem com a inclusão. Para tanto, é importante que eles compreendam o contexto sócio histórico da exclusão e o da proposta de inclusão. Além disto, que possuam o domínio básico de conhecimentos que os auxiliem a se aproximarem das pessoas com deficiência, no sentido de integrarem com elas, obtendo assim subsídios para atuarem pedagogicamente (LIMA, 2002, p. 122).

Ao indagar sobre como seria a sua reação ao receber crianças especiais em sua turma, os profissionais P1, P3 e P4, colocaram como um desafio e oportunidade de crescimento na área profissionais, a seguir as respostas;

P1: “Normal pois é uma oportunidade de crescer como profissional”.

P3: “A primeira reação foi medo de não conseguir ensiná-la, mas também um desafio como profissional e uma grande oportunidade e experiência”.

P4: “Foi um grande desafio, pois apesar de já ter trabalhado antes com crianças especiais, cada aluno é ímpar”.

P5: “Foi um desafio, mas com relação a teoria me senti preparada, e fui incentivada a buscar mais conhecimento e diferentes metodologias para trabalhar com o mesmo.”

Já o profissional denominado P2 destaca não ter experiência com crianças especiais;

P2: “Atualmente não estou em sala de aula, e quando estava não trabalhei com alunos de inclusão”.

Com as respostas acima é possível apontar os professores sentiram insegurança e medo de não saber ensinar a criança especial. Para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais é inevitável amá-los, uma vez que “é preciso muita paciência, dedicação, cuidado” (COSTA, 2010, p. 45).

Questionados sobre se buscam manter-se atualizados sobre a educação inclusiva, os profissionais responderam que:

P1: “Sim, com reportagem, buscando material fora como revista nova escola”.

P2: “Não, me falta tempo e interesse pelo tema”.

P3: “Sim, principalmente em novas metodologias que posso utilizar, porque não é fácil”.

P4: “Sim”.

P5: “Sim, pois o professor precisa se manter atualizado com as mudanças que envolva a educação inclusiva”.

Como apontado acima o profissional P2, foi direito na resposta e mostra falta de interesse pelo assunto educação inclusiva. É indispensável para a efetivação deste conceito é a formação adequada e contínua do professor. (GLAT e FERNANDES, 2005). Pode-se então perceber que esse assunto precisa ter mais ênfase e é importante para se ter um ensino de qualidade para os alunos com necessidades educacionais especiais.

Foi perguntado como os alunos especiais são avaliados, e nas respostas é visto que cada profissional tem sua metodologia de avaliação, conforme pode ser visto a seguir:

P1: “De acordo com a necessidade do aluno”.

P3: “Avalio de uma forma diferente, vejo suas respostas com outro olhar, e muitas vezes faço avaliação oral”.

P4: “Eu avalio diariamente e também através de avaliações bimestrais como os demais alunos, porém dentro de suas possibilidades”.

P5: “Busco avalia-lo em cima da sua limitação”

Como já apontado nas respostas anteriores o profissional P2, não possui experiência com crianças especiais.

P2: “Não tenho alunos especiais”.

Os alunos especiais devem ser avaliados diariamente, assim como os demais alunos, só que dentro de suas possibilidades. Tem direito a educação, e aprendizagem às crianças com necessidades especiais e que promova o seu desenvolvimento, dando-lhes oportunidades de aprendizagem por meio de recursos e serviços, que ajudem a eliminar barreiras à aprendizagem, como por exemplo, a comunicacional e a pedagógica. (ASFORA, 2012).

Ao serem questionados se é possível oferecer condição de igualdade aos alunos com necessidades especiais educacionais, os profissionais mostraram-se positivos em suas respostas.

P1: “Sim, pois hoje a sociedade já aceita mais, a pessoa com algum tipo de deficiência”.

P2: “Não”.

P3: “Sim, principalmente porque é dever, é uma lei as crianças, todas inclusive, receber educação de qualidade, mas infelizmente isso não é a realidade”.

P4: “Sim”.

P5: “Sim, mas desde de que suas dificuldades não sejam vistas como empecilho”.

O profissional P2 se mostra desmotivado em relação a educação inclusiva, e acredita que não é possível oferecer condição de igualdade para as crianças especiais. Segundo Rodrigues (2007, p. 41) “não basta matricular para dizer que somos uma escola inclusiva, é preciso garantir as condições de aprendizagem”.

Ao serem perguntados como é a interação das crianças especiais com os demais alunos, os profissionais apontam que apesar das diferentes limitações, ambos mantem bom relacionamento, respeitando o espaço, o tempo e as diferenças. Conforme Lopes (2003) “A interculturalidade tem como objetivo compreender a expressão de uma cultura através dos homens, seus hábitos”. (LOPES (2003, p.173 apud MACHADO; REIS; LOPES, 2004). Ou seja, respeitando a individualidade.

P1: “Muito boa, pois eles gostam de ajudar e interagir com os mesmos”.

P3: “Às vezes acontecem conflitos, por um não entender o outro, mas sempre incentivo as crianças a ajudarem e entenderem o colega”.

P4: “A criança tem um ótimo relacionamento com os demais alunos”.

P5: “Excelente, pois a turma de forma alguma faz exclusão do aluno com deficiência”.

O profissional P2 teve uma opinião diferente dos demais entrevistados. Entrando em incoerência com as suas respostas anteriores. Vale ressaltar que esse profissional ainda não teve a oportunidade de ter um aluno especial em sala de aula. A seguir sua resposta.

P2: “Depende de qual problema ela tem”.

A interação da criança especial com os alunos, é de extrema importância para o seu desenvolvimento.

Ao serem indagados sobre a participação do pais das crianças especiais nas escolas, percebe-se que há uma divisão, ou seja, alguns participam, outros não, como destaca nas respostas seguintes:

P1: “Muito ativa, pois eles nos dar informações valiosas e que se torna ferramenta no nosso dia a dia”.

P2: “É ausente como os outros pais”.

P3: “Não os vejo muito, muitas vezes nem são os pais que buscam os filhos especiais”.

P4: “Eles são bem presentes e participativos”.

P5: “Participativa. Busca diariamente saber como está o seu desenvolvimento dentro da sala de aula e faz questão do mesmo participar de todas as programações da escola”.

A participação dos pais é essencial para o desenvolvimento dos alunos, para haver melhor aprendizagem, e desenvolvimento. Segundo Kaloustian (1988) a família tem dupla função no contexto educacional da criança: “Função socializadora - quando transmite e condiciona a herança cultural e social - quando proporciona a conquista de diferentes status, como étnico, nacional, religioso, entre outros” (p.30). A família tem um papel importante na escola, participando e sendo parceira.

Os profissionais foram perguntados como é o processo de ensino e aprendizagem das crianças especiais. As respostas mostram que cada criança reage de acordo com suas possibilidades;

P1: “Depende de cada um”.

P2: “Ela aprende de acordo com as suas habilidades”.

P3: “Depende da sua deficiência, mas em geral é mediana”.

P4: “É trabalhado dentro da realidade do aluno. Trabalhando assim dentro de suas possibilidades”.

P5: “Mesmo com as dificuldades em relação aos conteúdos, busco trabalhar dentro de suas limitações”.

A criança especial tem suas limitações, mas todas são capazes de aprender, o professor deve ter o olhar inclusivo, e trabalhar promovendo as habilidades, e dentro das possibilidades do aluno especial. Afirma Figueiredo (2010, p.32) que “a classe se constitui em um reagrupamento no qual cada aluno deve colaborar com o processo de construção do conhecimento dentro de suas possibilidades”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva ganhou seu espaço na sociedade e é reconhecida. Atualmente as crianças especiais tem o seu direito e garantia de ingressar nas escolas regulares. Sendo assim, tem direito a educação, um ensino de qualidade e de conviver e se tratado como crianças normais. A educação é direito de todas as crianças, independentemente de ter deficiência ou não.

Na pesquisa de campo fica claro que existe falha na formação inicial do docente em relação a alunos especiais em sala de aula, que falta preparação das escolas para receberem crianças especiais e na formação continuada dos professores em face da educação inclusiva. Mesmo com falha das escolas, falta iniciativa por parte de alguns professores aprofundar o conhecimento sobre a

educação inclusiva. Como consequência, o ensino e o acolhimento das crianças com necessidades educacionais especiais não está sendo ministrado de forma adequada e inclusiva verdadeiramente.

Dessa forma, é importante que as instituições de ensino superior e escolas invistam na formação para que juntas possam trabalhar a inclusão de forma digna e de qualidade. Agindo dessa maneira, a escola se sentirá preparada para receber as crianças especiais, os professores se sentirão seguros para o recebimento de alunos especiais na sala de aula, e os pais sentirão segurança em deixar seus filhos nas escolas. Isto tudo, resulta em um ambiente favorável e de qualidade para o processo do ensino e aprendizagem das crianças especiais.

REFERÊNCIAS

- ASFORA, R. O atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais. In: BRASIL. Caderno de Educação Especial – A alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva. Brasília: MEC, 2012.
- ANDRADE, M.M. Introdução à metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2006.
- BAUMAN, Z. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BOY, P.P. Educação inclusiva: desafios e possibilidades. Espaço Pedagógico. Construir. n.94, p.58-62, maio/jun 2017.
- BUENO, J.G.S. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC/PUCSP, 1993.
- CAMPOS, F.L.S. Pela civilização mineira. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930.
- COSTA, C.J. A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540-1599). Tese de doutoramento. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2004.
- DOS SANTOS, S.C.; CARVALHO, M.A.F. Mundo Acadêmico e a Construção do Conhecimento: Normas e técnicas. 2. ed. Goiânia: Kelps, 2014.
- FIGUEIREDO, R.V. Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, v.5, n.2, p.32-38, 2014.
- GLAT, R.; FERNANDES, E.M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. Inclusão, Revista da Educação Especial, Brasília, v.1, n.1, p.35-39, out. 2005.
- GERMANO, J.W. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985). São Paulo: Cortez, 1993
- GOFFREDO, V.L. Flôr Sénéchal. Como formar professores para uma escola inclusiva? In: BRASIL. Ministério da Educação. Educação especial: tendências atuais. Brasília: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SEED, 1999.
- ITANI, A. Vivendo o preconceito em sala de aula. In: AQUINO, J. G. (Org.). Diferenças e Preconceito na Escola -Alternativas Teóricas e Práticas. São Paulo, SP: Summus, 1998. p.119-134.
- KALOUSTIAN, S.M. (org). Família brasileira, a base de tudo. Brasília: UNICEF, 1988.
- LIMA, P.A. Educação inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercampo, 2006.
- MACEDO, L. Ensaios pedagógicos: como construir uma escola para todos? Porto Alegre: ARTMED, 2005.

MATTOS, L.A. Primórdios da educação no Brasil: o período heroico (1549- 1570). Rio de Janeiro: Aurora, 1958

MEDEIROS, J. Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930). São Paulo: FGV, 1984.

MIRANDA, M. Código pedagógico dos jesuítas: Ratio Studiorum da Companhia de Jesus. Campo Grande: Esfera do Caos, 2009.

MANTOAN, M.T.E. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. Rosângela Gavioli Prieto: Valéria Amorim Arantes (Org.). 5. ed. São Paulo: Summus, 2006.

MORAES, A. Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional. São Paulo: Atlas, 2005.

MAZZOTA, M.J.S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NISKIER, A. Educação Brasileira: 500 anos de História. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

RODRIGUES, R.D. Educação Especial- Incluindo uma igualdade diferente. Nova Escola, outubro, 2007, p. 41. Disponível em: < <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-especialincluindo-uma-igualdade-difente.htm> >. Acesso: 30 set. 2017.

ROSA, S.P.S. Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão. Curitiba: IESD, 2005.

SECO, A.P.; AMARAL, T.C.I. Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. 2006. Disponível em:< <http://histedbr.fae.unicamp.br/navegandoperiodopombalinointro> >. Acesso em 23 set. 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

SCACHETTI, Ana Ligia. Série especial: História da Educação no Brasil. Revista Nova Escola. Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/1910/serie-especial-historia-da-educacao-no-brasil> > . Acesso em: 02/9/2017.

UNESCO. Declaração mundial de educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.